

DIMENSÃO GEOPOLÍTICA DAS INTEGRAÇÕES REGIONAIS

Dr. Christian Girault

Pesquisador do CNRS

CNRS CREDAL - IHEAL, Amérique Latine et Caraïbes - Université de Paris 3 - Sorbonne Nouvelle

8, rue Saint-Guillaume - 75007 Paris, France

Tel. (11 33) 1 49 60 49 05 - girault@ivry.cnrs.fr

RESUMO

No início do século XXI, a metropolização se apresenta como temática capaz de apreender a urbanização em países. Embora consista em escala apropriada na consideração do devir das relações internacionais, o nível regional (concernente aos grandes conjuntos regionais) é geralmente mal assimilado pela geopolítica. Em época na qual os conflitos abertos perdem espaço, vários fatores favorecem uma redefinição das relações entre o Estado-nação tradicional e a comunidade internacional. Em quadro caracterizado por redefinição dos atributos de «potência», os reagrupamentos regionais são mais adequados à manutenção dos equilíbrios ecológicos e humanos, lidando melhor com os territórios e os bens coletivos. Os problemas de assimetria entre os países podem suscitar debate no seio dos reagrupamentos. Por outro lado, impossível torna-se desconsiderar os problemas de defesa, a retomar papel de destaque. No entanto, o autor sustenta que a afirmação de agrupamentos regionais contribui para a implementação de um mundo multipolar mais seguro, a permitir resolução dos graves problemas sociais persistentes na contemporaneidade.

Palavras-chave: Geopolítica, agrupamentos regionais, relações internacionais.

ABSTRACT

Regional power – constituted by large regional groupings – is generally misunderstood by geopolitics, not with standing the fact that this is a most relevant scale to consider the future of international relations. In effect, many factors take part in the redefinition of relations between the traditional nation state and the international community, at a juncture where open conflicts are receding. With the redefinition of the attributes of “power”, the regional associations are better equipped to preserve ecological and human equilibria because they much better take into account territories and common goods. Inside the associations the problems of symmetry and asymmetry can be elements of recurrent debate. On the other side it is impossible to discard entirely the problems of defense which could be back at any time. However the Author sustains that the solidification of regional groupings may contribute to the arrival of a multipolar and safer world, which could solve the serious social problems of the day.

Key words: Geopolitics, regional groupings, international relations.

RÉSUMÉ

Le niveau régional (au sens des grands ensembles régionaux) est souvent mal appréhendé par la géopolitique. Pourtant il s'agit d'une échelle pertinente pour considérer l'avenir des relations internationales. En effet beaucoup de facteurs jouent en faveur d'une redéfinition des liens entre l'État - nation traditionnel et la communauté internationale à une époque où les conflits ouverts cèdent du terrain. Dans le cadre d'une redéfinition des attributs de la « puissance », les regroupements régionaux sont mieux à même de préserver les équilibres écologiques et humains parce qu'ils tiennent mieux compte des territoires et des biens collectifs. Les problèmes d'asymétries entre les pays peuvent faire débat à l'intérieur des regroupements. Par ailleurs, il est impossible d'écarter définitivement les enjeux de défense, qui peuvent revenir sur le devant de la scène. Cependant l'Auteur soutient que l'affirmation de groupements régionaux peut contribuer à la réalisation d'un monde multipolaire plus sûr, qui permettrait de régler les graves problèmes sociaux qui persistent aujourd'hui.

Mots-clés: Géopolitique, groupements régionaux, relations internationales.

INTRODUÇÃO

Os processos de integração regional ainda são percebidos como elementos “estranhos” ou mesmo “estrangeiros” nas relações internacionais contemporâneas. Para os conscientes da mundialização, as nações se dissolveram rapidamente em fluxos internacionais cujos componentes espaciais quase não têm importância. Varias vezes anunciou-se «o fim da geografia» (O'BRIEN, 1992; BADIE, 1995). Para os teóricos do realismo geoestratégico, ao contrário, o argumento de

(*) Tradução do original, “LA DIMENSION GÉOPOLITIQUE DES INTÉGRATIONS RÉGIONALES”. In: Estudios Internacionales (2009), realizada por Eustogio Wanderley Correia Dantas e Raimundo Freitas Aragão.

«potência» continua determinante e sempre baseada no Estado nacional, geralmente definido de maneira étnica ou cultural e em torno do qual se cristalizam os potenciais e as fragilidades do jogo internacional (MULLER, J. 2008). Os geógrafos, mais sensíveis às questões « dos espaços vividos» e conscientes das heranças acumuladas nos lugares, nos territórios (bairros, províncias, Estados federais, municípios...) e nos nomes dos lugares (topônimos) são levados a produzir análises que distinguem as entidades espaciais nas diferentes escalas e a anunciar as oposições entre ponto de vista nacional e transnacional. A utilização de cartas e modelos é imprescindível nessa empreitada. A Grande Região consiste precisamente em um nível de análise geopolítica que merece atenção especial.

PERTINÊNCIA E JUSTIFICATIVA DA ESCALA REGIONAL

Grosso modo, a história nos mostra que os progressos da integração regional ocorreram após confrontos sanguinários ou rivalidades extremas. Trata-se de um dos paradoxos da integração. A cooperação na Europa ocidental se dá sobre as ruínas de um continente devastado pela Segunda Guerra Mundial. Em contexto menos trágico, a cooperação entre Brasil e Argentina, dois países localizados em situação de rivalidade econômica e estratégica há pelo menos dois séculos, nasce em período crítico (1982-1985), marcado pela derrota da Argentina na guerra das Malvinas, o retorno à democracia nos dois países, as dificuldades econômicas enfrentadas com a hiperinflação e o endividamento internacional. A partir de acordo estabelecido em 1985, estes dois países renunciam ao uso de armas nucleares (1985) e assinam, anos mais tarde, um tratado de integração (1988). Na Ásia, apesar das tensões entre as duas Chinas, as duas Coreias, a China popular e o Japão, a China popular e o Vietnã, etc., uma cooperação foi esboçada com base na «Association of South-East Nations» (ASEAN), a objetivar se transformar atualmente em zona de livre-comércio; de outro lado, Austrália e Nova Zelândia se reúnem no Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Asia-Pacific Economic Cooperation - APEC), essencialmente consagrado às trocas econômicas, como o nome sugere.

Consequentemente, o panorama das relações internacionais deve integrar melhor essa tendência ao reagrupamento das nações, dos povos a perceberem, mais ou menos claramente, que a cooperação e a integração provavelmente suscitam segurança e eventualmente prosperidade, ao mesmo tempo em que o sistema antigo dos blocos e das alianças nefastas origina desconfiança, receio, agressões e ruína econômica. É com uma inversão de perspectiva que nos deparamos com tendência ainda mal analisada nas disciplinas históricas e diplomáticas. A origem desta mudança remete aos problemas em escala planetária, relativos ao bem-estar material e espiritual das populações, à preservação de um ambiente decente para as gerações futuras, preocupações desvinculadas do viés angustiante dos séculos passados e a se referirem essencialmente à sobrevivência física dos povos (epidemias, fomes) e, sobretudo, às confrontações bélicas (guerras religiosas, colonialismo, imperialismo, guerras destrutivas do século XX, alimentadas pela corrida aos armamentos e pelos perigosos sistemas de alianças militares). Desde o final da Segunda Guerra Mundial as Nações Unidas estabeleceram comissões regionais por continente – Comissão para a Europa, a África, a Ásia e a América Latina – que inauguraram uma visão «regional», decerto burocrática, mas fortemente pragmáticas. Observa-se que estas comissões tiveram desenvolvimentos diferenciados. A mais ativa foi a Comissão para a América Latina e o Caribe (CEPALC), que se destacou durante um bom tempo ao: animar reflexão teórica sobre o desenvolvimento econômico e impulsionar um crescimento não desprezível em certos países dessa região.

A partir do momento em que a busca pela paz toma posição de destaque em relação à perspectiva de confrontação (guerra), findada nos anos do primeiro degelo da guerra fria e confirmada nos anos 1990, os Estados são induzidos a refletir sobre sua participação na organização dos «grandes espaços», bem como em relação ao plano econômico, político, estratégico e cultural (CLAVAL, 1968). As grandes alianças (Organização do Atlântico Norte, Pacto de Varsóvia, Liga Árabe...) se

encontram em construção, mas, o desenvolvimento das circulações de mercadorias, as trocas comerciais e científicas avançaram mais. A atitude tomada pelas grandes potências se torna ambígua. De um lado, buscam conter as pessoas e as nações colonizadas ou dominadas em seu círculo de influência, de outro, procuram se desvencilhar do peso da gestão cotidiana dos territórios e dos homens sob seu controle. O Reino Unido é um exemplo. Tenta se desfazer de suas colônias o mais rapidamente possível, mantendo uma relação política e cultural pautada em instituições locais, que se vinculam à Coroa britânica graças à Comunidade criada com este intuito: o Commonwealth, a simbolizar o apego à Coroa e ao sistema parlamentar de Westminster. O estudo dos exemplos franceses (Comunidade Francesa mais Agência Francófona...) fornece variantes interessantes, soviético (Pacto de Varsóvia, Comunidade de Ajuda Econômica Mundial), estadunidense (Organização dos Estados Americanos, Zona de Livre Comércio das Américas...) fornecem exemplos interessantes.

A união européia impulsionou fortemente as idéias e as realizações de cooperação e de integração. Pautada em base estreita – Comunidade do Carvão e do Aço –, os « pais da Europa unida », Jean Monnet e Robert Schuman, e os promotores que lhes seguiram, esboçaram uma nova entidade política, uma verdadeira obra política que não tem equivalente na história contemporânea – os historiadores evocam a «Hanse», ou melhor, a anfictionia entre as cidades gregas como exemplos precursores desta estreita cooperação. Como escrito no programa do “Atelier de Rennes”, «A União Européia, em relação a seu grau de integração, constitui uma referência, sempre aceita como modelo». A dinâmica de integração européia em sessenta anos de desenvolvimento, com seus progressos e dificuldades, demonstra claramente que a Europa é um excelente modelo para a análise das integrações regionais. No entanto, convém ressaltar que outras regiões do mundo podem, igualmente, apresentar elementos interessantes ao estudo das integrações regionais. Consideramos neste sentido regiões complexas como a África austral, com o desenvolvimento da Comunidade África do Sul de Desenvolvimento (SADC), a ASEAN anteriormente destacada, a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), relacionada à Federação Russa ex-soviética. Não implica em impor uma análise centro-européia, após séculos de percepções deformadas e tendenciosas (TÉNIER, 2008).

Nessa nova perspectiva, a consideração do regional e a integração regional, presentes na ordem do dia dos países, se tornam opções reais de médio prazo. O grau de preparação dos países para lidar com essas opções é, obviamente, desigual. Embora em dadas regiões tenhamos fóruns de discussões a apresentar posições das diferentes parcerias e de esboçar fórmulas de cooperação ou de integração (União Africana, APEC, Associação dos Estados do Caribe, Grupo do Rio...), em outras (Oriente Médio, Ásia oriental...), o diálogo é difícil, seja em razão da presença de conflitos abertos, (Israel – Palestina, Iraque – Iran, conflito coreano, nos Cáucacos...) seja da vontade de um poder regional dominante, pleno de direitos e de antigas reivindicações em sua zona de influência – é o caso, sobretudo dos Estados Unidos e, em certa medida, da Federação Russa.

O reagrupamento regional, com vocação para constituir uma verdadeira unidade integrada ou, mais simplesmente, um grupo de cooperação, é um novo fenômeno presente na organização das relações internacionais. É notório que esse nível de organização não seja ainda reconhecido pela opinião pública e por especialistas. Neste sentido, os manuais de geopolítica ou de relações internacionais são econômicos em relação ao tema. Prende-se às concepções do século XX, de um internacionalismo jurídico (que dispõe de méritos), da enumeração e da descrição das clássicas organizações internacionais (Nações Unidas, organizações do sistema de Bretton Woods, dos encontros do G7 ou G8, das « principais organizações regionais mundiais »). Rosière (2007) sustenta, que « as organizações intergovernamentais com vocação regional, ou organizações regionais, constroem novas solidariedades e esboçam um novo recorte político e econômico do espaço mundial.» Koninck e Rousseau (2006) afirmam que a escala regional tem «uma grande importância geopolítica.» Ténier (2003), a seu modo, trata-se do autor mais especializado no assunto. Ele vê nas integrações regionais «vetores de valores universais» e uma possibilidade oferecida à «formação de um espaço público regional.»

Outros autores insistem no tema da estruturação cidadã a partir dos quadros nacionais, a necessidade de coesão e de solidariedade nacional e regional (desta vez no sentido infranacional) existente em grandes partes do mundo. Para eles o projeto político da nação não perdeu sentido e, certamente, não deu seu último suspiro em grande parte da África, na Ásia, no Pacífico e na América Latina (MEDEIROS, 2008). Nós mesmos, ao realizarmos pesquisas no mundo caribenho, tomamos conhecimento da força dos movimentos nacionalistas, geralmente associados a reivindicações de identidade étnica e cultural que se exprimem com franqueza, com cinismo, às vezes com violência, em Cuba, no Haiti e na República Dominicana. Conhecemos também a infelicidade de um povo frustrado em relação a seu projeto de «construção nacional»: Porto Rico que se lamenta, há um século, por sua sorte injusta. Segundo alguns autores há um «retorno da Nação» (MULLER, 2008). De fato, os Estados-nações persistem bem localizados em mapas dos atlas, com suas superfícies de cores variadas. Foucher (2007), um geógrafo que analisa há vinte e cinco anos a criação das fronteiras, fala da «obsessão das fronteiras». O debate sobre as fronteiras orientais da Europa não foram esquecidas após a queda do muro de Berlim. Vimos os Estados Unidos criar um Ministério do Interior («Homeland Security») após os ataques de setembro de 2001, com o intuito de reforçar, em particular, o controle de suas fronteiras. A prática da liberação de vistos aos países amigos perde força, se tornando cada vez mais corrente sua solicitação para ingresso e, sobretudo, de maneira simbólica, a criação de «fronteiras inteligentes» («smart borders») traduzida no Sul pelo soerguimento de um impressionante muro ao longo de parte da fronteira internacional com o México! Portanto, seria prematuro enterrar a noção de Estado – nação.

No entanto, admite-se que há paralelamente um movimento em direção do transnacional, amplamente ilustrado por numerosos estudos contemporâneos em ciências sociais. Os sociólogos, os antropólogos e os geógrafos insistem na influência dos meios de comunicação de massa, das viagens turísticas, das migrações de trabalho e de estudo, dos modelos de consumo, em relação aos tecidos sociais de nações diferentes e geralmente distantes uma das outras. Convém encontrar arcabouço analítico adequado à compreensão dessas variadas tendências, até certo ponto antagônicas. Tem-se este arcabouço no nível regional oferecido pela Grande Região (em maiúsculo, para distingui-la da região tradicional, subdivisão administrativa do Estado nacional, que guarda traços de sua etimologia, de régio romana) .

Assim, entre o fechamento tradicional dos Estados sob bases territoriais a defender em prol de um nacionalismo ultrapassado e a visão de uma governança mundial hipotética e utópica, pode-se construir a hipótese de existência de largo espaço de discussão das novas construções regionais a tomarem formas variadas nos decênios a seguir (federações, grupos de cooperação econômica ou cultural, associações interestatais de natureza diversa). Conseqüentemente, o estudo das relações internacionais integrará, cada vez mais, dimensões espaciais de vizinhança, de contiguidade, de interrelações, de trocas e da circulação nas Grandes Regiões do mundo. Nesta perspectiva, as noções e conceitos da geopolítica devem contribuir na análise de assuntos concretos, com base em espaços físicos, nos homens (população), nos recursos disponíveis e, também, nas representações difundidas sobre estas Regiões.

OS FUNDAMENTOS DE UMA ANÁLISE GEOPOLÍTICA DAS INTEGRAÇÕES REGIONAIS

Grosso modo, as bases da disciplina geopolítica foram revistas nos últimos vinte anos. Nos manuais utilizados nos liceus até o final do século XX, outro tom se apresentava em relação à França, nosso país, os programas das séries finais (preparatórias para o ingresso na Universidade – curso superior) versavam sobre «as grandes potências», indicando lista de países com membros (5) permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas e alguns países selecionados em função de seu poder econômico ou peso demográfico. As obras mais consolidadas de ensino superior seguiam o mesmo esquema de pensamento. Os inconvenientes de tal «seleção» das potências, pautada em amostra arbitrária a se basear em divisões ideológicas ou sócio-econômicas – divisão

Leste-Oeste, entre países comunistas e capitalistas, entre países industriais e subdesenvolvidos – surgiram fortemente após a queda do muro de Berlim, o fim da União Soviética e ascensão dos «dragões» asiáticos. A divisão ternária não mais se justificava. Convém destacar ainda que grande parte do mapa mundo não é representado ou analisado: a Oceania, o Sudeste da Ásia, a totalidade da África, a maior parte da América Latina, a região do Caribe...

Nestes termos, necessário se torna reconstruir o quebra-cabeça com colocação das peças em seu devido lugar: os países da Europa central e do Leste com os países da Europa do Oeste, os países do Sudeste asiático em seu contexto regional e não como «países comunistas» (o que ainda o são). Devemos considerar igualmente nossos países vizinhos, Itália, Bélgica, Espanha..., países a participarem, embora dispondo de quadro de fragilidade, da Comunidade Européia em pleno dinamismo. Finalmente com produção coletiva de uma «Geografia Universal» em dez volumes, a representar esforço único de geógrafos franceses a propor nova divisão do mundo, segundo critérios amplamente discutidos no primeiro volume, a análise geográfica se reconciliaria com os quadros continentais e regionais (BRUNET, 1991-1999). Da mesma maneira, o anuário geográfico «Imagens econômicas do Mundo» adota, no início dos anos 2000, um plano de exposição regional ao invés da indicação dos países em ordem alfabética (COLLECTIF, 2007).

As questões apresentadas gravitam, como no passado, em torno dos termos «poder» e «potência» sem necessariamente lhes atribuir os mesmos conteúdos. Segundo R. de Koninck, «embora que a mundialização contribua, cada vez mais, à associação estreita entre países e regiões [...] seus respectivos destinos se vinculam amplamente ao peso relativo que uns e outros têm no cenário mundial» (KONINCK; ROUSSEAU, 2006). Mas o que faz a potência dos Estados, face aos reagrupamentos regionais esboçados no mapa mundo? As respostas são clássicas: os homens, os recursos naturais e industriais, o prestígio resultante da representação da imagem projetada pelos Estados, pelos conjuntos continentais... Grande parte da análise geopolítica novamente considera estes pesos respectivos segundo critérios predefinidos e devidamente explicados e justificados. A importância relativa dos diferentes fatores se mede de maneiras diversas e varia segundo as épocas. Por exemplo, é óbvio que o peso das divisões armadas mobilizáveis pelo Estado em seus campos de batalha, ou o número de seus porta-aviões, conta menos na atualidade do que as reservas em milhões de barris de petróleo, os quilômetros quadrados de terras agricultáveis, o potencial de pesquisa e de desenvolvimento, as divisas acumuladas nos cofres dos bancos... Aqui se evidencia o drama do confronto vivido pela Coreia do Norte, sobrearmada, mas enfraquecida pela fome, com a Coreia do Sul, próspera e produtora de bens de equipamentos e de consumo civil.

Os homens

Não existe uma relação mecânica entre demografia e poder ou prosperidade, apesar da famosa regra de J. Bodin (1529-1596) «não há riquezas senão homens». Para a época dos conflitos militares, o número de homens (de soldados) mobilizáveis tratava-se de fator crucial. Numa ótica mais econômica, o número de operários ou de mão-de-obra se tornou um critério essencial para as sociedades agrícolas ou industriais de baixa tecnicidade. Hoje se insiste, com razão, na formação de mão-de-obra, nos programas de pesquisa e de inovação que formam técnicos, engenheiros e pesquisadores, não mais uma mão-de-obra indiferenciada. O fato é que os números contam e pesam igualmente por seu símbolo. A China, país mais populoso da terra, há muito viveu seu peso demográfico como desvantagem, na medida em que não podia alimentar toda sua população – dado que explica ainda hoje a política da criança única existente em muitos setores. Mas o fato da China possuir uma população de 1,3 bilhões de habitantes, a maioria produtores e, também, de forma crescente, consumidores, artistas, criadores... muda o dado em escala internacional. Que país ou-saria desafiar o maior país do mundo? A China, mais aberta, melhor conhecida em sua história, sua língua e civilização, mais respeitada sobre o plano internacional por ocupar cadeira permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, jamais será objeto de ofensas, de humilhações, como o foi em passado não longínquo (no século XIX e na primeira metade do século XX).

Os recursos estratégicos

Os outros recursos estratégicos variam em função dos avanços técnicos e da demanda. No século XVI o ouro e a prata eram objetos das empreitadas de conquista e de captação. Mais tarde, produtos tropicais como a cana de açúcar, o café, o cacau, produtos colorantes, as madeiras preciosas, foram explorados pelas potências colonizadoras com ganhos extraordinários. Posteriormente vieram os ciclos do ferro e do aço, da borracha, produtos que serviam às indústrias de armamento (níquel, cobre, alumínio, magnésio, urânio...). Atualmente, com novas demandas de populações cada vez mais numerosas a consumirem abundantemente, a atenção se volta para produtos alimentícios (cereais, produtos animais, reservas marinhas) e, sobretudo, produtos energéticos indispensáveis às usinas, ao transporte e ao consumo corrente em expansão. Commodities relativamente negligenciadas se tornam « estratégicas » (milho, soja, cana-de-açúcar...) e os pesquisadores propõem atualmente soluções de novas fontes de energia (eólica, solar, baterias de lítio...) em relação às quais os rendimentos naturais podem ser desiguais.

Os conjuntos regionais e os Estados que lhes compõem têm interesse de dispor desses recursos in loco ou a distâncias razoáveis, podendo adquiri-los de forma menos dispendiosa. A Europa não dispõe de recursos importantes em energia limpa, se tornando dependente de abastecimentos originários de diversas zonas geográficas e com os quais tenta manter relações diplomáticas «normais» (Oriente-Médio, Norte da África, África Central, Rússia). Os grandes blocos econômicos, União Européia, Japão e Estados Unidos muito se preocupam com este problema da produção de energia, tornada cara, e tentam assegurar seu abastecimento assinando acordos plurianuais. Ao contrário, a situação da América do Sul aparenta mais confortável. O Brasil festejou em 2007 sua «independência energética», uma independência relativa, posto comece a se tornar exportador de produtos petrolíferos e a considerar o futuro promissor por conta das descobertas de importantes jazidas no mar, muito embora no momento seja dependente de importações de gás boliviano, utilizado nas indústrias de São Paulo. Convém considerar ainda que o Brasil possui um dos maiores territórios do mundo (8.514.000 km²) e que a socialização de seus recursos se faz no seio de uma Federação imensa, composta por 26 Estados e um distrito federal. O Chile, ao contrário, com território relativamente estreito (756.945 km²), não dispõe de muitos recursos energéticos e deve adotar medidas para assegurar seu abastecimento e a geração de energia sob formas diversas. A vantagem da regionalização é entendida como a possibilidade de partilha comum dos recursos comumente distribuídos de forma desigual no território.

Na bacia caribenha, dois países (Venezuela e Trinidad) dispõem de boas reservas de hidrocarboneto e de gás, enquanto a maioria dos países das Antilhas e da América Central são desprovidos (Cuba é um pequeno produtor, não autosuficiente). Acordos comerciais e industriais (usinas de liquefação de gás, refinaria...) se justificam. O programa «PETROCARIBE» conduzido pela Venezuela, de Hugo Chávez, desde 2005, atraiu naturalmente interesse de diversos países da Região, consolidando acordos para o abastecimento a longo termo e a contar com facilidades de pagamento.

Convém ressaltar que a maioria desses recursos ou «riquezas» não constituem jazidas «à disposição», prontas à extração, necessitam de investimentos consideráveis na preparação das terras, no atingimento dos campos petrolíferos ou dos poços de mina, para posteriormente os colocar em produção, encaminhar os produtos aos portos, aos polos industriais, às grandes metrópoles. A valorização dessas jazidas requer uma preparação financeira e técnica de longa data, anterior à abertura e exploração.

Os bens comuns

Nesta perspectiva, a gestão dos bens comuns por várias nações, as passagens montanhosas, as bacias dos rios, mares – em particular os fechados como o Mar Negro, Báltico, Mediterrâneo, da China –, poderia resultar de uma cooperação internacional apoiada em bases regionais. Em razão da inércia dos princípios de soberania territorial estabelecidos em textos do direito internacional,

das regras e tratados bilaterais e da aplicação do direito do mar, as políticas evoluem lentamente nesse sentido. Além do mais, forças de mercado transnacionais não respeitam necessariamente as regras de gestão saudável dos recursos: a super exploração da pesca praticada por frotas altamente equipadas e numerosas é um bom exemplo. Riscos para o ambiente e perenidade dos recursos não renováveis (e de recursos renováveis em segundo momento) existem.

As questões do aquecimento global, dos riscos de desertificação e de ruptura de equilíbrios ecológicos (pode ser irreversível) foram esclarecidas suficientemente por cientistas, e, também, recentemente por algumas empresas multinacionais. Não se intenta resumir estas problemáticas corriqueiras, mas se torna útil sublinhar que seriam fáceis de abordar em uma escala subregional e até continental, nos quais os reflexos nacionalistas não funcionam da mesma maneira. As grandes negociações mundiais sobre meio ambiente obtiveram, até o presente, resultados modestos, mas é possível pensar que em um contexto regional (América do Norte ou América do Sul, tomadas como ambiente de trabalho, por exemplo), soluções pragmáticas baseadas em compromissos consistentes possam ser efetivadas.

O fantasma de uma «internacionalização» da Amazônia, justificada pela impotência do governo federal brasileiro em conter ou, pelo menos, controlar o desmatamento, ainda em curso em alguns círculos reacionários do Brasil. Neste domínio nota-se que, no cerne de um debate democrático caloroso, as questões são resolvidas com maior facilidade do que no debate dos eventuais defensores de uma «internacionalização» ou da pretensão de seus opositores, posto os interesses de diferentes atores serem bem representados e suas vozes entendidas, um debate ampliado aos países vizinhos desta Bacia e aos círculos mundiais de cientistas. É nestes termos que a França, vizinha do Brasil pela Guiana e membro observador do Tratado de Cooperação Multilateral da Amazônia, participa em diversos programas de pesquisa, em cooperação com organismos brasileiros, peruanos, equatorianos,... em estudos sobre a manutenção da biodiversidade na Amazônia e a proteção do patrimônio dos povos indígenas (equipe do Centro Nacional de Pesquisa Científica e do Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento em particular).

PROBLEMAS DE ASSIMETRIAS E RISCOS DE HEGEMONIA

As organizações regionais são compostas por reagrupamentos de Estados soberanos definidos segundo a listagem de países representados pelas Nações Unidas (192 Estados) e de entidades secundárias com status diversos. A configuração dessas organizações é diversa tanto pelo número de entidades participantes como pelos objetivos declarados e funções assumidas. Ora os mapas regionais são simples (caso da América do Norte com somente três países), ora complexos (caso da União Européia com 27 países, da União Africana com 53 países). Os mapas do Caribe insular e da Oceania situam-se entre os de maior complexidade, posto compreendem grande número de pequenos países e territórios não independentes. Em efeito, ao lado dos grandes países, existem categorias de Estados menores e mesmo micro-Estados (Estados com superfície abaixo de 1.000 km² e população menor que 200.000 habitantes) (COMISSÃO NACIONAL DE TOPONÍMIA, 2006).

Pequenos e grandes Estados. Os efeitos do tamanho

Em primeira análise parecem indiscutíveis as vantagens dos grandes países em termos de posse de recursos, de acesso aos mares do globo, de possibilidades de autonomia ou, paradoxalmente, de diversificação de parceiros políticos. Entretanto, casos de pequenos Estados prósperos são notórios: os Países Baixos tomaram, no século XVII, o rumo da independência em relação às grandes potências vizinhas, assegurando a liberdade de expressão e promovendo os direitos individuais. Acrescentamos ainda os exemplos da Dinamarca, da Noruega, da Finlândia... os Países Bálticos, marginalizados e empobrecidos no contexto da União Soviética, aspiram um papel desta natureza, após adesão à União Européia (e à Organização do Atlântico Norte). A Suíça possui uma situação impar, posto, ao contrário dos países citados, ter se recusado a entrar no Espaço Econômico Europeu

em 1992. Convém ressaltar que se trata de uma organização federal, composta por 26 unidades territoriais contemplando três comunidades linguísticas principais. Apesar de ou em razão de um relevo fortemente montanhoso e uma situação de enclave, a Suíça se distingue por seu alto nível tecnológico, comercial e industrial! Existem outros casos no mundo: a ilha de Barbados nas Pequenas Antilhas, a cidade-Estado de Singapura que se beneficia de sua localização em relação ao Estreito de Málaga para captar o comércio intercontinental, mas também os fluxos financeiros, o turismo internacional... Malta, no Mediterrâneo, hesitou durante bom tempo entre três estratégias: orgulhoso isolamento atrelado à sua tradição; terceiro-mundismo militante e adesão à Europa. No final a última opção predominou sobre as demais.

Portanto, inexistente uma fatalidade associada ao tamanho reduzido, do «determinismo geopolítico». Os pequenos Estados se especializam em setores estratégicos, embora seja verdadeiro que a aproximação com os grandes conjuntos nacionais ou regionais próximos seja geralmente uma vantagem complementar. Na região do Caribe, número importante de estratégias foi testado com maior ou menor êxito: desenvolvimento do turismo, de zonas francas para exportação, criação de lugares financeiros conhecidos como «offshore». A Bahamas, um pequeno país insular vizinho dos Estados Unidos, no qual a moeda local se atrela ao dólar, pobre em terras agrícolas, vive essencialmente do turismo e do centro financeiro instalado na ilha de New Providence. Como membro da Comunidade Caribenha (CARICOM), não participa do Mercado Comum dos países caribenhos, associando sua economia à norte americana.

Algumas condições se tornam necessárias para os pequenos países participarem, sem dano, nos vastos reagrupamentos e com peso intrínseco restrito: proteções jurídicas de uma parte e segurança nas transferências financeiras, partilha de encargos e de responsabilidades são fundamentais na amortização dos riscos. O reagrupamento regional se apresenta, nestes termos, como um «seguro» necessário. É simbólico que os bombeiros franceses, espanhóis e italianos, ajudam seus colegas no combate aos grandes incêndios de verão na Grécia, em Portugal e na Espanha. É uma prova tangível de solidariedade: fronteiras internas se desfazem para melhor proveito dos «cidadãos comunitários». Um evento de outra dimensão seria a adesão do Reino Unido ao euro, uma perspectiva não totalmente improvável, principalmente após os estragos da crise financeira de 2007-2008!

O fator do desenvolvimento econômico

Nas relações entre pequenos e grandes países é conveniente sublinhar um elemento discriminador. Entre os países desenvolvidos, ser «pequeno» não é forçosamente uma desvantagem. No mundo subdesenvolvido, ao contrário, «ser pequeno» é antes de tudo uma desvantagem. Nestas regiões, diversos fatores parecem corroborar negativamente com os pequenos e reforçar o poder dos grandes. Em relação a este tema dispõe-se de larga literatura da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED) ou do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre os «pequenos países insulares», ou «países de enclave»,... que merecem leitura. Como argumenta J. Ténier, os Países em Via de Desenvolvimento (PVD) se colocam em relação ao mercado internacional em situação de rivalidade comercial extrema. Os cinco países membros do Sistema de Integração Centroamericano (SICA) produzem bananas e café para exportação; em um novo «mercado» a se desenvolver, o do turismo internacional, se colocam novamente em concorrência. Nestes países em desenvolvimento, a organização econômica menos avançada e as bases financeiras mais frágeis não permitem organizar especializações aproveitáveis. Não existe geralmente tradição de comércio regional e as infraestruturas são precárias: rodovias, estradas de ferro, linhas de navegação...

Ao contrário, os grandes países podem se beneficiar do jogo comercial e se consolidarem como destino de investimentos estrangeiros diretos (IED). Em primeiro lugar são mais conhecidos, tanto é verdade que se nota um desconhecimento dos pequenos mercados, geralmente isolados, afastados, e nos quais os custos aumentam em função dos transbordamentos, taxas, oligopólios mercantis e para

onde os homens de negócios não se deslocam. Em segundo lugar, os investidores preferem países mais «visíveis», mercados com certa extensão, correspondendo, em poder de compra, a mercados médios da Europa, por exemplo. Em reunião recente de homens de negócios na Casa da América Latina, em Paris, na primavera de 2008, ouvimos comentários concernentes exclusivamente a quatro ou cinco países: Brasil, Argentina, Chile, México e, às vezes, Colômbia, ocupando grande parte da discussão comparando o Brasil e o México. Todos os demais países simplesmente foram «esquecidos». No que concerne aos mercados financeiros e eventualmente aos mercados da bolsa, somente dois lugares mereceram destaque: México e São Paulo; os demais lugares da América Latina são desconsiderados.

O aumento das disparidades

A demonstração feita por C. Jedlicki, relativa ao distanciamento econômico dos pequenos parceiros, Paraguai e Uruguai, no interior do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), entre 1991 e 2005, é esclarecedor. Tem-se uma triste constatação já que o ponto de partida no tempo corresponde exatamente à assinatura do tratado fundador de Assunção (1991). É desolador para o visitante vislumbrar o Uruguai e sua capital, Montevidéu, considerados como a Suíça da América Latina, marcados pela pobreza, emigração de contingente importante de sua juventude e executivos, em virtude do choque brutal em 2002, resultante de crise financeira vinda da outra margem do Rio Prata. Os pequenos países se encontram desprovidos e permanecem isolados face aos acidentes da história econômica, das catástrofes naturais, sem falar das guerras, dos blocos, ou das tensões internacionais. Os órgãos do Bretton Woods (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional) e instituições financeiras regionais (Banco Interamericano de Desenvolvimento) somente obtiveram resultados modestos na proteção dessas economias fracas ou em crise, com raras exceções (República Dominicana - PAYNE, 2008).

É verdade que os pequenos países em desenvolvimento geralmente oferecem exemplos de marginalização e de dominação, ainda que possam modificar situação de seus recursos, nada desprezíveis. O Paraguai possui recursos energéticos consideráveis, a barragem hidroelétrica binacional de Itaipu e recursos agropecuários consideráveis. O Uruguai se situa próximo à desembocadura do Rio da Prata. Seu clima, suas praias e seus rios oferecem um quadro adaptado às atividades esportivas e ao turismo balneário. Quanto à Dominica, ilha localizada no coração das Pequenas Antilhas, poderia se beneficiar naturalmente do «ecoturismo» e das crises ocorridas nas importantes áreas de destinação vizinhas, Barbados ou Martinica. Compreende-se a desolação que se apodera dos dirigentes destes países, tornados impotentes e constatando que os órgãos regionais praticamente não os auxiliam (MERCOSUL de um lado, Comunidade Caribenha de outro) e sua tentativa de encontrar saída para a crise, e inclusive com a implementação de mudanças de orientação estratégicas radicais, como as expostas pelo presidente F. Lugo do Paraguai, o presidente T. Vázquez do Uruguai ou o primeiro ministro R. Skerit de Dominica, cada um segundo uma problemática particular e associada à tradição política nacional.

Nestes termos, a problemática do equilíbrio regional não deve ser reduzida a um dado estatístico, ela consiste em uma tendência a apresentar uma dinâmica de evolução, com apontamento de possibilidade a suscitar um efeito cumulativo, tanto dos elementos positivos como dos efeitos negativos. J. Ténier fala de «risco da satelitização». No seio do MERCOSUL o Brasil responde sozinho por 70% da população e 72% do PIB dos quatro países membros (exceto a Venezuela), mas convém destacar ainda, se comparado aos demais países, a disponibilização de uma melhor organização política, diplomática e financeira. O desencadeamento desta dinâmica pode conduzir à criação de desequilíbrios estruturais, que resumimos comodamente no termo assimetria. É o que parece se passar com o Brasil que se beneficia de um crescimento sustentado em período recente (2003-2008), gozando de boa reputação junto a investidores internacionais e se beneficia de uma «imagem» positiva veiculada por traços culturais variados (mestiçagem, música, paisagem...). Para

os analistas, o Brasil tem condições de se tornar o pivô da economia sul americana e eventualmente de assegurar uma «leadership» (liderança) na região lato sensu.

Reaparecimento de relações de força?

Neste domínio, conveniente se torna colocar a questão: «A partir de que momento o peso exercido por um país de maneira assimétrica pode implicar em risco de hegemonia? Para os especialistas de geoestratégias a hegemonia geralmente se associa ao poder das armas. A questão da defesa não pode ser completamente afastada, mesmo notando que os conflitos abertos perdem terreno. Na América do Sul, para seguir o exemplo estudado, um continente livre de guerra há mais de dez anos (caso ignoremos os conflitos internos colombianos), observa-se, recentemente, certo rearmamento: em particular no Chile, o que não é surpresa; na Colômbia, poderosamente equipada e ajudada pelos Estados Unidos; na Venezuela, com compra de armas sofisticadas da Rússia pelo presidente H. Chávez. O Brasil, a seu turno, dispõe de plano de rearmamento importante, visando a renovação de seus equipamentos e o deslocamento de suas forças em seu vasto território, em particular nas fronteiras da bacia amazônica – convém citar que este país possui, há muitos anos, uma indústria de armamentos.

Consagrar parte dos recursos públicos ao reforço dos exércitos reforça o orgulho nacional, se apresenta como eventualmente útil na garantia da segurança face ao crime organizado (máfias de traficantes) ou aos terroristas infiltrados, mas serve igualmente para manter o status e se fazer respeitar pelos vizinhos. Esta lógica é útil na organização regional da qual o país participa e na integração regional com os vizinhos? Provavelmente sim, considerando dadas situações. A resposta necessita de contextualização. A Europa, negligente neste domínio por muito tempo, dado beneficiar-se da proteção da OTAN sem dispensar muitos esforços em matéria de defesa, agora tenta reforçar sua Política de Segurança e Defesa (PESD), e a realizar progressos em matéria de defesa civil. Geralmente acusada de fraca, a Europa, «potência de um novo tipo» (COHEN, 2008), poderia com o emprego de meios mais apropriados, participar do equilíbrio multipolar do mundo atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta contribuição objetivou apresentar como a escala da Grande Região se tornou uma dimensão importante na análise geopolítica do mundo contemporâneo. Nesta perspectiva nos remetemos aos conceitos-chave de Estado-nação histórico e de manifestações atuais da mundialização, afirmando necessidade de considerar nova via de estudo preocupada com as médias escalas, nas quais ocorre uma articulação decisiva dos territórios, dos povos e da criatividade associativa. Na redefinição dos conceitos de « poder » e de « potência », que não mais repousam, como outrora, nas noções de força, de violência armada e de dominação, os reagrupamentos regionais aparentemente preservam melhor os equilíbrios ecológicos e humanos, assegurando uma melhor gestão dos recursos e tirando melhor proveito dos potenciais dos territórios e bens comuns. É também possível que a presente análise suscite um novo pensamento multilateral, inspirado na abertura das nações e na reaproximação dos povos vizinhos, como indica Ténier (2008), e se situe na linha de uma filosofia humanista, ao mesmo tempo clássica e exigente.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BADIE, B. **La fin des territoires. Essai sur le désordre international et l'utilité du respect**. Paris: Fayard, 1995.
- BRUNET, R. (org.) **Géographie Universelle**, 10 volumes. Paris: Hachette-Reclus puis Belin-Reclus, 1991-1999.
- CLAVAL, P. **Régions, nations, grands espaces**. Paris: Génin, 1968.
- COHEN, E. L'Europe, une puissance d'un nouveau type. **Le Journal du CNRS**, N° 221, 2008, p. 5.

- COLLECTIF Images Économiques du Monde, **annuaire** (dernière édition 2008). Paris: Armand Colin, 2007, 448 p.
- COMMISSION NATIONAL DE TOPONYMIE **Toponymes du monde. Pays indépendants et capitales.** Entités géopolitiques dépendantes, Conseil National de l'Information Géographique, Paris, 2006, 10 p. Disponible sur le site www.cnig.gouv.fr
- DEFAY, A. **La géopolitique**, collection Que Sais-je ? Paris: Presses Universitaires de France, 2005, 127 p.
- FOUCHER (M.) *L'obsession des frontières*. Paris : Perrin, 2007.
- GARCIN, T. **Les grandes questions internationales depuis la chute du mur de Berlin**. Paris : Economica, 2001, 371 p.
- HAAS, R. The Age of Nonpolarity. What Will Follow U.S. Dominance. **Foreign Affairs**, Vol. 87, N° 3, May-June 2008.
- KONINCK, R. de; ROUSSEAU, J. **Les poids du monde. Évolution des hégémonies planétaires**. Montréal: Presses de l'Université du Québec, 2006, 235 p.
- MEDEIROS, J. **La nation. Visions transcontinentales de la question nationale**. Manuscrit non publié, École des Hautes Études de Journalisme, Montpellier, 3 p.
- MULLER, J. Us and Them. The enduring Power of Ethnic Nationalism. **Foreign Affairs**, Vol. 87, N° 2, March-April 2008.
- O'BRIEN, R. **Global Financial Interaction: the End of Geography**, Royal Institute of Interantional Affairs. London: Chatham House, 1992.
- PAYNE, A. After Bananas: the IMF and the Politics of Stabilsation and Divresification in Dominica. **Bulletin of Latin American Research**, Vol. 27, N° 3, July 2008, pp. 317-332.
- ROSIÈRE, S. **Géographie politique et géopolitique. Une grammaire de l'espace politique**, 2ème édition. Paris : Ellipses, 2007, 426 p.
- TÉNIER, J. **Intégrations régionales et mondialisation**, Coll. « Études de la Documentation Française ». Paris : 2003, 232 p.
- TÉNIER, J. **Faire la paix dans les régions du monde. Essai sur le rapprochement des peuples**. Paris : L'Harmattan, 2008, 193 p.
- VELUT, S. **Mondialisation et développement territorial en Amérique latine**. Argentine -Chili, Mémoire d'habilitation à diriger des recherches, Université de Paris 3, 2007, 204 p.

Trabalho enviado em maio de 2010
Trabalho aceito em agosto de 2010